RESUMO

Este artigo apresenta a abordagem da inclusão e do desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. O TEA manifesta-se por dificuldades na comunicação, na socialização e por comportamentos repetitivos, variando significativamente de uma criança para outra. Por isso, o autor destaca a importância de reconhecer a singularidade de cada indivíduo. Defende que a inclusão escolar não segue um modelo único, mas constitui um processo contínuo de adaptação às particularidades de cada aluno. Ao analisar a presença de crianças com autismo nas escolas, evidencia a necessidade de construir ambientes educativos acolhedores e sensíveis às diferentes necessidades. Reconhece os desafios existentes, mas aponta amplas e transformadoras possibilidades de promover uma educação inclusiva que valorize as diferenças e celebre a diversidade. Ressalta que, embora a legislação preveja a inclusão de educandos com TEA na Rede Pública de Ensino, sua efetivação ainda enfrenta entraves. Assim, propõe o conhecimento individual de cada criança como base para intervenções eficazes. Fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, que permite uma análise aprofundada e respaldada por autores especializados. Por fim, considera relevante ampliar a discussão sobre a inclusão escolar, valorizando as contribuições dos diversos atores sociais envolvidos nesse processo. Por fim, considera relevante a discussão sobre esse tema, pois amplia os debates já existentes na literatura e contribui para a compreensão da importância da inclusão a partir da atuação dos diferentes atores sociais.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão; Professor; Transtorno do Aspecto Autista.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um distúrbio do desenvolvimento que se manifesta desde os primeiros anos de vida, geralmente por volta dos dois ou três anos de idade, período em que a criança começa a estabelecer as relações sociais fora do convívio familiar e frequentando diferentes espaços, como é o caso da escola. As crianças com TEA costumam apresentar alterações na comunicação, na interação social, no comportamento e no aprendizado. Isso resulta em determinados desafios para que a inclusão aconteça, seja na família, na escola e na sociedade a qual está inserida. Nessa perspectiva, a criança deve ser compreendida e respeitada como um ser em desenvolvimento, necessitando da mediação de recursos que devem ser planejados pelo docente, através de atividades que respeitem o seu tempo de aprendizagem.

A Neurociência indica o TEA atualmente, como um transtorno neurológico que inclui a Síndrome de Rett e a Síndrome de Asperger. O transtorno está relacionado a uma série de características com diferentes níveis de severidade e que fazem conexão com outros tipos de transtornos, fazendo com que cada indivíduo apresente desafios diferentes tanto para a família como para os profissionais de saúde e educadores. Uma das características mais marcantes em relação ao desenvolvimento das crianças autistas percebidas no ambiente escolar são os déficits de comunicação e linguagem e um desenvolvimento tardio. Ainda, em especial, na Educação Infantil, um dos principais objetivos da escola é promover a socialização das crianças, uma vez que é o primeiro momento para que elas se socializem diretamente com outras pessoas que não fazem parte do seu convívio diário e familiar.

Nesse sentido, a escola se torna um ambiente fundamental para as crianças autistas, pois algumas apresentam também dificuldades de socialização. É preciso também que as habilidades da criança autista sejam levadas em consideração para que ela consiga se desenvolver de forma plena. Segundo Basilio; Moreira, 2014:

No caso do autista, o que está em jogo são as habilidades. É nelas que se deve investir para, assim, desenvolver as inabilidades (...). Isso reafirma a necessidade de não se esperar um comportamento dado, ao que a maioria dos indivíduos do espectro autista não corresponde (BASÍLIO; MOREIRA, 2014, p. s/n).

Os docentes, ao perceberem que a criança apresenta certa dificuldade em se desenvolver, muitas vezes possuem receio de conversar com os pais e/ou responsáveis sobre suas observações. Infelizmente, boa parte deles não aceita inicialmente que a criança possua algum tipo de transtorno ou outra necessidade educativa especial, o que pode dificultar o diálogo entre docentes e responsáveis sobre o assunto. Algumas das possíveis razões para o aumento da prevalência desse tipo de transtorno podem estar relacionadas a diferentes aspectos, como alterações nos critérios de diagnósticos, maior conhecimento por parte dos pais e responsáveis, as manifestações clínicas e o aumento do suporte clínico e educacional voltado para o TEA,

Para que a escola possa contribuir para o desenvolvimento da criança, especialmente na Educação Infantil, é necessário que ela possua uma prática pedagógica coletiva que deixe bem claro a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico que privilegiem metodologias de ensino que se adequem às reais necessidades da criança autista. Assim, o suporte familiar é fundamental, junto ao educando e à escola, para promover o desenvolvimento e a aprendizagem. Não só o papel do docente é importante no processo de mediação, mas o apoio familiar também é essencial. A ideia é pensar em estratégias que contribuam para o sucesso escolar, construídas no relacionamento entre docente, educando e família e nas práticas voltadas para o TEA.

CAPÍTULO I

INCLUSÃO ESCOLAR: ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS

A inclusão de estudantes com deficiência na escola regular não deve ser entendida apenas como uma exigência legal, mas como uma prática comprometida com um modelo educacional baseado na valorização da diversidade e na promoção dos direitos humanos. Trata-se de um processo social complexo, que envolve diferentes agentes — direta ou indiretamente — ligados ao ensino e à aprendizagem. O conceito de inclusão está intrinsecamente ligado aos direitos humanos e democráticos, sendo influenciado por fatores locais, globais, ideológicos, econômicos, sociais e culturais. Historicamente, observa-se uma longa trajetória de luta das pessoas com deficiência e de seus familiares por direitos fundamentais, reconhecidos em diversas convenções e declarações internacionais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 já garante, em seu artigo 208, o direito ao atendimento educacional para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Esse direito também é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como recursos e estratégias voltados à promoção de uma educação de qualidade para todos, considerando a diversidade presente nas salas de aula. A escola tem o compromisso de acolher a diversidade humana, adaptando-se às necessidades específicas de cada estudante, em vez de excluir aqueles que são percebidos como "diferentes". Essa mudança de perspectiva demanda uma profunda transformação nas práticas pedagógicas e nas relações sociais no ambiente escolar, exigindo a desconstrução de crenças enraizadas sobre as deficiências e suas (im)possibilidades.

Tais crenças, construídas a partir de vivências e experiências pessoais, influenciam diretamente o processo educativo. Elas se manifestam por meio de julgamentos e valores que, consciente ou inconscientemente,

orientam a prática dos professores, dessa forma, o professor assume um papel central no processo de inclusão

— tanto no desenvolvimento dos estudantes com deficiência quanto na formação de uma cultura escolar mais sensível e acolhedora para todos.

1.1-Desafios da Inclusão Escolar

Incluir uma criança com autismo na escola envolve desafios significativos:

1. Formação dos Educadores: Muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com as especificidades do autismo. Investir em formação continuada é essencial para que esses profissionais possam aplicar estratégias pedagógicas adequadas.
2. Ambiente Físico e Social: O ambiente escolar deve ser adaptado para ser sensorialmente amigável, evitando sobrecargas sensoriais que podem causar desconforto e dificultar a aprendizagem.
3. Interação Social: As crianças com autismo podem enfrentar dificuldades em interagir com os colegas, o que requer mediação constante para facilitar a inclusão social.

1.2- Estratégias para uma Inclusão Efetiva

Apesar dos desafios, há várias estratégias eficazes para promover a inclusão de crianças com autismo:

Plano Educacional Individualizado (PEI): Desenvolver um PEI que contemple as necessidades específicas da criança, com objetivos claros e estratégias individualizadas, é fundamental.

Colaboração entre Profissionais: A inclusão bem-sucedida depende da colaboração entre professores, terapeutas, pais e a própria criança. Reuniões regulares para discutir o progresso e ajustar as estratégias são essenciais.

Uso de Tecnologias Assistivas: Ferramentas tecnológicas podem ser muito úteis para facilitar a comunicação e a aprendizagem, como aplicativos de comunicação alternativa ou dispositivos que auxiliem no foco e na organização das tarefas.

Promover a Empatia: Trabalhar a empatia entre os alunos é crucial. Projetos que envolvam a comunidade escolar na compreensão do autismo podem reduzir o preconceito e aumentar o suporte social para a criança.

CAPÍTULO ll
O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SEUS NÍVEIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que apresenta características específicas, essenciais para a definição do diagnóstico. Em muitos casos, crianças cujos responsáveis notaram sinais de preocupação em determinados momentos do desenvolvimento apresentaram deficiências sutis no neurodesenvolvimento, muitas vezes imperceptíveis desde o nascimento. Essas manifestações, embora discretas, poderiam ser devidamente observadas e avaliadas, pois, um diagnóstico precoce é importante no TEA, a fim de iniciar um tratamento que oriente o neurodesenvolvimento no caminho da normalização.

Atualmente, o diagnóstico de TEA é complexo. Baseia-se inicialmente na detecção de atrasos em itens do neurodesenvolvimento. Posteriormente, é necessária uma avaliação completa que avalie desde a anamnese e história pré-natal, perinatal e pós-natal, até um exame físico neurológico completo atual e exames complementares adequados aos resultados obtidos. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado em três níveis, de acordo com o grau de suporte necessário para a pessoa.

Nível 1

Uma criança no nível leve do espectro autista possui habilidades para realizar atividades cotidianas e se comunicar de forma adequada, seja por meio da fala ou da escrita. Essa condição também é conhecida

como síndrome de Asperger, que foi um termo utilizado por muitos anos para se referir a pessoas com autismo leve. No entanto, pode haver dificuldades em aprender certas habilidades no âmbito conceitual, e por isso, podem precisar de suporte em outras áreas para ajudar em seu desenvolvimento. De acordo com a American Psychiatric-Association (2014):

Em crianças pré-escolares, pode não haver diferenças conceituais óbvias. Para crianças em idade escolar e adultos, existem dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais áreas para o alcance das

expectativas associadas à idade. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 34).

Uma criança que está no espectro autista leve é capaz de se comunicar e interagir socialmente, o que significa que ela precisa de menos tempo com terapeutas em comparação com crianças em outros níveis do espectro. Além disso, essas crianças têm mais facilidade em fazer conexões entre ideias. Quando são apoiadas desde cedo e têm a oportunidade de aprender, é mais fácil para elas se desenvolverem bem ao longo do tempo. Isso pode resultar em um desenvolvimento muito melhor para a criança.

Nível 2

O autismo moderado é classificado como nível 2 e fica entre o nível leve e o grave. As crianças com autismo moderado têm sintomas diferentes das crianças com autismo leve e podem ter dificuldades em aprender e em interagir com outras pessoas devido à falta de habilidades sociais. Essas crianças precisam de mais apoio do que aquelas com autismo leve. Além disso, devido às dificuldades de linguagem, elas precisam de acompanhamento adicional para aprender e interagir socialmente. De acordo com a American Psychiatric-Association (2014):

Durante todo o desenvolvimento, as habilidades conceituais individuais ficam bastante atrás das dos companheiros. Nos pré-escolares, a linguagem e as habilidades pré-acadêmicas desenvolvem-se lentamente. Nas crianças em idade escolar, ocorre lento progresso na leitura, na escrita, na matemática e na compreensão do tempo e do dinheiro ao longo dos anos escolares, com limitações marcadas na comparação com os colegas. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 35).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) no nível intermediário apresenta grandes desafios, pois as pessoas afetadas têm dificuldades em se expressar da forma que desejam e podem acabar tendo comportamentos agressivos devido à falta de habilidades na fala. Elas também podem ser mais inquietas e precisam de mais suporte tanto da família quanto de profissionais especializados. Crianças com autismo grave geralmente precisam de um acompanhante na escola, de terapias e são mais dependentes de seus familiares para realizar atividades cotidianas.

Nível 3

A criança com autismo no nível severo apresenta muita dificuldade em se comunicar e interagir socialmente. Seu comportamento pode ser muito repetitivo, incluindo movimentos de pêndulo, o que pode prejudicar sua independência nas atividades diárias e sua socialização. No nível severo do TEA, a pessoa é não verbal, depende de cuidados de outras pessoas, tem dificuldades na fala e nos gestos, além de apresentar atraso cognitivo, alto nível de comprometimento intelectual ou atraso mental. De acordo com a American Psychiatric-Association (2014), o indivíduo apresenta compreensão muito limitada. O nível severo do autismo requer muito apoio, incluindo cuidados psicológicos e motores. Além disso, é importante que a pessoa afetada faça exercícios psicomo-

tores e receba um acompanhamento sistemático de terapeutas. No ambiente escolar, é necessário que haja um profissional que possa fornecer suporte adequado para as atividades diárias da pessoa com autismo. É importante que haja um acompanhamento contínuo para garantir que a pessoa com autismo no nível severo possa ter uma vida mais independente e saudável.

2.1 Intervenção Educacional

A intervenção educacional desde a educação infantil adequada é essencial para melhorar a qualidade de vida das crianças com autismo. Portanto, desde os primeiros níveis é orientado e estrategicamente planejado para proporcionar um espaço adequado para a aprendizagem. A inclusão de crianças com esta condição, propõe novos desafios ao professor que deve desenvolver práticas que respondam às necessidades específicas de aprendizagem do aluno, no quadro de um currículo e de uma organização nem sempre com uma estrutura flexível e contente. Às vezes, se eles avançam e as recompensas não atendem às suas expectativas, a atitude positiva inicial se deteriora, fazendo com que se sintam malsucedidos e até frustrados. Ressalta-se que apenas o rótulo de autismo não define em si um critério de escolarização, ou que muitas vezes torna sua inclusão mais complexa nas práticas educativas regulares, portanto, causa maior incidência no trabalho do professor para definir orientações educacionais. Este trabalho pode não ser fácil, mas também não é impossível.

A diferença é que, como os professores estão comprometidos com a educação e aprendizagem dos alunos, eles saberão realmente o que fazer ou que atitude tomar. Para Ainscow (2001, p.57): “se tornarem profissionais mais reflexivos e críticos, capazes de trabalhar juntos e motivados a investigar vários aspectos de sua prática com a ideia de aperfeiçoamento”. Ou seja, é fundamental que os professores tenham programas de atualização que os sensibilizem e os preparem para a aplicação de orientações educativas adequadas; também é mais viável que a angústia e a frustração possam ser substituídas pela empatia, solidariedade e amor. Da mesma forma, fica evidente a colaboração do grupo familiar e seu compromisso com o planejamento, assim como é fundamental que o Estado gere e administre uma clara política de inclusão. Segundo a ONU, 1994:

> As escolas regulares com uma orientação inclusiva são o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, de edificar uma sociedade inclusiva e de conseguir educação para todos. Além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças. (ONU, 1994 p.12).

Com o aumento da sensibilização para a educação no país, as diversas necessidades e dificuldades que a população infantil apresenta em termos de aprendizagem têm sido detectadas por meio de avaliações efetuadas pelas autoridades educativas. Essa é uma preocupação maior, pois se trata da inclusão de crianças com autismo, que devem receber atenção para que tenham uma experiência enriquecedora em seus espaços de aprendizagem. De acordo com Sacks, 2006:

> O quadro do ‘autismo infantil clássico’ é terrível. A maioria das pessoas (e, de fato, os médicos) se questiona sobre o autismo, faz uma imagem de uma criança profundamente incapacitada, com movimentos estereotipados, talvez batendo com a cabeça, com linguagem rudimentar, quase inacessível: uma criatura que o futuro não reserva muita coisa (SACKS, 2006, p. 248).

Diz-se que, mesmo promovendo sua inclusão, a pessoa continuará sendo autista, mas também precisará de adaptações ambientais que facilitem a vida, só que neste caso é mais difícil, após o que as modificações devem partir de suas próprias pessoas "normais". ; não apenas o conhecimento e compreensão do problema autista, mas também a qualidade humana em termos de respeito

e sensibilidade para com as diferentes pessoas. Dessa forma, a instituição escolar é um dos pilares fundamentais para a inclusão, ou seja, não tem apenas a função de transmitir conhecimentos, mas também é responsável por transmitir valores que permitam a implantação de bons modelos de convivência social.

CAPÍTULO lll
A APRENDIZAGEM E AS INTERAÇÕES SOCIAIS

Sabe-se que as aprendizagens ocorrem por meio das interações. Por isso, é essencial que essas interações sejam planejadas com intencionalidade e qualidade pelos docentes, com o objetivo de promover o desenvolvimento de todas as crianças. Segundo Vygotsky (1991), o social medeia as relações dos sujeitos com o mundo por meio da linguagem e dos símbolos, os quais moldam os mecanismos psicológicos e as formas de agir. Sob a perspectiva sócio-histórica, compreende-se que o outro é parte essencial e inseparável do processo de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, o ambiente em que a criança está inserida e suas experiências cotidianas influenciam diretamente seu modo de pensar, sentir e agir. Nesse sentido, torna-se fundamental entender o que é o autismo e de que forma o ambiente escolar pode mediar positivamente as vivências da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), contribuindo para seu desenvolvimento. De acordo com o Brasil (2021), o TEA é definido como:

"um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades." (BRASIL, 2021, p. 32).

Lidar com as crianças no espectro autista não somente é um desafio, mas sobretudo uma oportunidade de vivenciar experiências significativas de cuidado mútuo humanizado e possibilidades de desvendar um novo universo de aprendizagens, buscando incluir à medida que somos incluídos no universo do espectro. Diante disso, entende-se que a escola é o espaço privilegiado para trocas, interações e aprendizados, a escola para o aluno com TEA, é fundamental, uma vez que ele depende desta para o seu desenvolvimento, isto é, das condições concretas de aprendizagem.

3.1- O Professor e o Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Mesmo com leis que garantem a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares, ainda existem muitos desafios para que isso aconteça de forma efetiva. Quando falamos de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), vários estudos

mostram que os professores enfrentam dificuldades para lidar com essas crianças na sala de aula. E um dos principais motivos dessas dificuldades é a falta de conhecimento sobre o TEA e os preconceitos que ainda existem sobre o transtorno. Alguns professores pensam que a escola deve servir apenas para socializar esses alunos, o que acaba limitando o ensino e a aprendizagem. Outros acreditam que o importante é ensinar habilidades básicas do dia a dia, deixando os conteúdos escolares de lado. Isso contribui para que muitos alunos fiquem com dificuldades na aprendizagem. Ensinar uma criança com TEA é mesmo desafiador, por causa das características do transtorno, que afetam o comportamento, a socialização e a comunicação
Mesmo com essas dificuldades, essas crianças têm capacidade de aprender e de se comunicar, usando pistas do ambiente para entender o que acontece à sua volta. Apesar dos desafios, a inclusão pode trazer benefícios para todos os alunos, não apenas para a criança com deficiência. No entanto, ainda falta preparo de muitos profissionais da educação, especialmente na rede pública, para lidar com essa realidade. Por isso, é fundamental que o professor crie um vínculo com seus alunos, conheça suas necessidades e desenvolva estratégias que ajudem

todos a participarem das atividades e a interagirem entre si, o uso de estratégias diferentes pode melhorar muito o aprendizado dos alunos com TEA A falta de informação leva o professor a criar ideias e crenças sobre o aluno com TEA, sobre seu diagnóstico e suas capacidades.

Essas ideias, são baseadas em conhecimentos populares, como os das neurociências e da psicanálise. Por isso, é importante que os professores busquem mais conhecimento, aproveitando até mesmo materiais disponíveis na internet. Também é essencial que eles tenham apoio de uma equipe de profissionais de diferentes áreas e um professor auxiliar na aula. O trabalho conjunto entre o professor da turma e o professor auxiliar ou educador especial pode ajudar bastante no processo de inclusão. Em algumas situações, as atividades feitas pelos professores não são adequadas para os alunos com TEA. Com isso estratégias e um bom planejamento feito pelo professor influencia muito os resultados é importante que o professor tenha um bom vínculo com o aluno e com a escola e conhecer bem as características do TEA é essencial para que o professor consiga ensinar com mais qualidade e tornar a escola um lugar verdadeiramente inclusivo.

CONCLUSÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) costuma apresentar dificuldades na interação social, na comunicação e no comportamento desde os primeiros anos de vida e para alcançar uma escola para todos, é necessário eliminar a desigualdade, preconceito e discriminação contra pessoas com deficiências. As escolas precisam estar preparadas para acolher os educandos na sua integralidade. Esse trabalho abordou os principais níveis do TEA e como a escola e os professores podem facilitar o indivíduo com essa síndrome, a adquirir melhor domínio de suas destrezas e habilidades. É fundamental melhorar os espaços de convivência das pessoas com deficiências, para além do ambiente familiar. É preciso proporcionar a liberdade para que pessoas com TEA possam conviver, participar e interagir em ambientes escolares e sociais, desenvolvendo habilidades para uma vida autônoma e independente.

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário mudar a visão sobre o TEA e todas as pessoas com deficiência, eliminando todo o preconceito e discriminação. A inclusão precisa de atenção dos órgãos públicos, instituições educacionais, profissionais de saúde e de educação, para um melhor acolhimento e respeito de todos, independentemente de sua classe social, gênero e religião. É preciso compromisso tanto da escola quanto da família, sociedade e poder público para amenizar as desigualdades e construir uma sociedade inclusiva que sabe respeitar as diferenças e ser solidária ao próximo. Incluir um aluno com deficiência na escola regular não deve ser encarado apenas como uma obrigação legal, mas como parte de uma prática pedagógica fundamentada na valorização da diversidade e na promoção dos direitos humanos. Trata-se de um processo social complexo, construído a partir das ações de diferentes agentes que participam, direta ou indiretamente, do processo de ensino e aprendizagem.

Ainda não há respostas definitivas sobre as causas do transtorno, os tipos de tratamento mais eficazes e a melhor forma de incluir essas crianças na escola regular, o que mostra a importância de continuar pesquisando sobre o tema. Concluo que buscar conhecimento e entender como as crianças com Transtorno do Espectro Autista interagem com pessoas e objetos no ambiente escolar, assim como observar de que maneira os professores realizam as mediações nesses momentos, é fundamental para construir estratégias de intervenção que promovam a interação social e contribuam para a inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. (2003). Desarrollo de Sistemas Educativos Inclusivos. disponível em: < https://sid-inico.usal.es/idocs/F8/FDO6565/mel_ainscow.pdf> Acesso em: 04/04/2025.

ASSOCIATION, A. P. (2014). Manual diagnostico e estatistico de transtornos mentais. Disponível em: < https://dislex.co.pt/images/

pdfs/DSM_V.pdf> Acesso em: 05/05/2025.

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/autismoescola- os-desafios-necessidade-da-inclusao/.> Acesso em: 10/06/2025.

BRASIL. Atendimento Educacional Especializado - Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas. MEC/SEESP: Brasília/DF, 2007. Acesso em: 07/06/2025

BENITEZ, P. (2014). Capacitação de agentes educacionais: propostas de desenvolvimento de estrategias inclusivas. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: < https://www.redalyc.org/pdf/2820/282043249003.pdf> Acesso em: 12;03/2025.

VERBO EDUCACIONAL. A Inclusão de Crianças com Autismo na Escola: Desafios e Possibilidades. 2024. Disponível em: < https://blog.verboeducacional.com.br/inclusao-criancas-com-autismo-na-escola- desafios-e-possibilidades/?utm_source=&utm_medium=&utm_campaign=&gad_source=1&gad_campaignid=22810570969&gbraid=0AAAADxahjKqHjcsL6EmiLtcwIiz7xC- B&gclid=Cj0KCQjw4qHEBhCDARIsALYKF> Acesso em: 29/07/2025.

HATTGE, M. D.; KLAUS, V. A Importância da Pedagogia nos Processos Inclusivos. Revista Educação. Especial | v. 27 | n. 49 | p. 327-340| 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X7641.> Acesso em: 03/05/2025.

LEVENSON, D. (2015). Autism in siblings often caused by different faulty genes, study says. Disponível em: < https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25885072/> Acesso em 01/05/2025.

MEC, (s.d.). DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: < https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 22/04/2025.

NOZU, W. C; BRUNO, M. M.; CABRAL, L. S. (2018). Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-895827>Acesso em: 07/06/2025.

ORRÚ, E.S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012. Acesso em: 29/03/2025.

PISON, J. L; JIMENES, M. C. G; MONGE, G. L; LAFUENTE, H. M; PÉREZ, D. R; GARCÍA, O. A; PEÑA, S. J. L. (2014). Our experience with the aetiological diagnosis of global developmentaldelay and intellectual disability: 2006-2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24332781/> Acesso em: 14/04/2025.

PINTO, C. C. (2012). Desempenho sócio-cognitivo e diferentes situações comunicativas em grupos de crianças com diagnósticos distintos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jsbf/a/9VQPRw-9VSHLss6Ysf9KJgbt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14/05/2025.

RANKINGS, S. I. (30 de 11 de 2020). Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/NwnK5kF4zM9m9XRynr-53nwF>
Acesso em: 19/04/2025.

SACKS, O. Um antropólogo em marte - Sete histórias paradoxais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Acesso em: 13/05/2025.
VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Acesso em: 28/03/2025.

VOLKMAR, F. R.; McPARTLAND, J.C. From Kanner to DSM-5: autism as an evolving diagnostic concept. Annu Rev Clin Psychol. 2014; 10:193-212. Acesso em: 09/07/2025.